

1 **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA NÚMERO VINTE E SETE DO COMITÊ DO**  
2 **ITAJAÍ, realizada em 21 de junho de 2012.**

3 No dia vinte e um de junho de dois mil e doze, às quatorze horas, em terceira e última  
4 convocação, reuniram-se na Associação Empresarial de Indaial - ACIDI, sito à Rua Vereador  
5 Rauh Junior, 100, Centro, no município de Indaial SC, membros do Comitê do Itajaí e demais  
6 convidados. A presidente Maria Izabel Pinheiro Sandri iniciou com boas vindas, agradeceu a  
7 presença de todos e solicitou alteração na ordem da pauta e retirada do item 4. Apresentação  
8 das Atividades do Selo Piava, sendo aprovado por unanimidade. **1) Leitura e aprovação das**  
9 **atas da 25ª AGE (22.09.2011); 26ª AGE (01.11.2011) e 27ª AGE (17.04.2012) :** Considerando  
10 que as atas foram publicadas no site do Comitê do Itajaí, a presidente Maria Izabel dispensou a  
11 leitura das mesmas e colocou em votação. Aprovadas com 19 votos. **2) Apresentação do Sr.**  
12 **Rubens Habitzreuter sobre Cenários no Alto Vale:** Objetivo: O CESAP apresentou o quadro  
13 de agressões que o rio sofre, num trecho de cerca de 200 quilômetros e, informar, sensibilizar,  
14 conscientizar e instigar a mobilização da sociedade para uma agenda positiva de conservação  
15 deste curso d'água. . Problemática: Como é o rio Itajaí-acú e os rios que se formam no Alto  
16 Vale? Qual é o quadro de agressões que o rio Itajaí-açú sofre na região do Alto Vale? Que  
17 impactos são gerados pela descaracterização deste curso d'água? Como a Usina Salto Pilão lida  
18 com o lixo nas águas do rio Itajaí-açú? É possível reverter tal quadro de agressões? Vários  
19 pontos a considerar nessa problemática: criação de gado até às margens do rio, ausência de  
20 mata ciliar, agricultura sem respeito a faixa de mata ciliar; ocupação urbana; lixo e esgoto nas  
21 margens do rio. Nossa contribuição será para tornar o rio Itajaí-açú menos sujo, através da ação  
22 da sociedade organizada e das pessoas que acreditam na sustentabilidade do desenvolvimento  
23 contribuindo assim para a efetiva implementação de ações voltadas para a recuperação do rio  
24 Itajaí-açú com valores que busquem a sustentabilidade em todas as suas ações. O Rio Itajaí-açú  
25 pede a sua ajuda, a saúde do rio está em nossas mãos. A presidente Maria Izabel Pinheiro  
26 Sandri agradeceu ao Sr. Rubens e convidou o prof. Marcos Mattedi para dar continuidade aos  
27 trabalhos.. **3) Apresentação sobre os encaminhamentos do Fórum Regional de Desastres:**  
28 Sistema de Proteção da Bacia do Itajaí: possuímos um sistema complexo; medidas de contenção  
29 à montante (barragens), melhoramento fluvial jusante(dragagem); igual a medidas estruturais;  
30 medidas de previsão (CEOPS), Defesa Civil, medidas não estruturais. Estrutura de Gestão dos  
31 Desastres: pré impacto: medidas de mitigação (estruturais); medidas de preparação (não  
32 estruturais); pós impacto: medidas de reação: salvamento; medidas de recuperação  
33 (reconstrução). Argumento de Trabalho: I- Os desastres não são fenômenos naturais; II- Os  
34 desastres constituem um reflexo da organização da sociedade; III- Os desastres são construídos  
35 pela vulnerabilidade social da população; IV- Os desastres são experienciados socialmente de  
36 forma diferenciada; V- Os desastres constituem uma oportunidade de aprendizado social. A  
37 Abordagem dos Desastres: Desastres compreendem fenômenos que surgem nos pontos de  
38 contato entre padrões de organização social (ocupação do espaço e utilização dos recursos) e  
39 fenômenos naturais (chuvas, tremores de terra, escorregamentos, secas, etc.): Variáveis  
40 Naturais, desastres, variáveis sociais. Primeira constatação: O caráter multidimensional dos  
41 desastres permite duas interpretações predominantes: Paradigma dos Hazards: caracteriza os  
42 desastres como um problema para a sociedade – Desastres são vistos como fenômenos  
43 exteriores a sociedade: efeitos de fenômenos físicos (chuvas, ventos, tremores de terras, etc.).  
44 Paradigma dos Desastres: caracteriza os desastres como problemas da sociedade – Desastres  
45 são vistos como problemas sociais não rotineiros produzidos pelo grau de exposição ao risco.  
46 Desastres podem ser definidos como uma função do processo de construção social do risco. Isto  
47 é resultado da combinação do risco de ocorrência de um fenômeno, e as condições de  
48 vulnerabilidade da população. Constatação: A dinâmica de confrontação política dos desastres  
49 produziu um ciclo de retroalimentação positiva na região. As ações governamentais visam  
50 defender o modelo de desenvolvimento predominante da região (sobrecarrega a capacidade  
51 assimilativa e regenerativa do ambiente natural – dupla concentração). Ciência e Tecnologia na

52 gestão dos desastres: - Medidas Estruturais: conhecimento hidrológico; 2 – Medidas não  
53 estruturais: conhecimento hidrológico; 3 – Medidas Recentes: conhecimentos geológicos.  
54 ASSIMETRIAS – Romper com a uni dimensionalidade: os desastres constituem uma ameaça  
55 social e não natural (os desastres constituem uma ameaça da comunidade e não para a  
56 comunidade, pois são incubados socialmente); – Romper com a burocracia: a intervenção  
57 baseada na comunidade ( a intervenção não pode ser padronizada, mas localmente controlada  
58 valorizando o “saber local” das comunidades impactadas); – Romper com a crença de que  
59 desastres podem ser extintos: diminuir a vulnerabilidade é aprender a conviver com o risco  
60 (ênfatar a diminuição da vulnerabilidade social);– Romper com a tecnocracia: fortalecer a  
61 capacidade pró-ativa da comunidade (os desastres representam uma oportunidade de  
62 aprendizado social – resiliência); - Romper com as formas convencionais de organizar a gestão  
63 do problema: a segurança deve ser vista como um direito, como estabelece a constituição; –  
64 Romper com o mimetismo: reconhecer que não existem soluções uniformizadas e padronizadas  
65 para o problema: isto significa que é preciso inventar uma estratégia local de convívio com o  
66 problema e aprender a conviver com ele; – Romper com o autoritarismo: estabelecer uma  
67 monitoração crítica do modo de funcionamento da gestão do problema (a confrontação não deve  
68 depender somente de ações governamentais, podem ser tratadas também pela comunidade  
69 organizada); – Romper com a centralização: diferenciação organizacional e coordenação  
70 descentralizada (criar instrumentos institucionais de acompanhamento das estratégias de  
71 gestão); – Romper com a assimetria cognitiva: estimular a produção de conhecimento sobre o  
72 mundo social (sabemos muito sobre o mundo natural e pouco sobre o mundo social).  
73 **4) Resultados Preliminares da Semana da Água: Suzana Beatriz da Costa Cunha e Raquel**  
74 **Orsi apresentaram o Projeto da Semana da água 2012 “ JUNTOS PELO RIO”,** Tema:  
75 Proteção dos Recursos Hídricos; Limpeza de rios e consumo consciente e resíduos sólidos,  
76 (PNRS lei 12.305/10). São 46 municípios envolvidos com o seguinte cronograma de ações: 20 à  
77 22/03 – Formação Regional; 24/05 – Formação dos Coordenadores; 25/05 – Início da  
78 Mobilização local; 01/06 – Entrega de planejamento das microrregiões (junho à setembro) para  
79 coordenação; 04 à 08/06 – Entrega dos kits (sacos de lixo, luvas, cartazes e camisetas); 29/06,  
80 30/07 e 30/08 – Entrega dos relatórios/planilhas das atividades nos municípios; 05/09 – Entrega  
81 dos banners dos municípios; 10/09 – Entrega relatório final; até 14/09 – Impressão dos banners  
82 dos municípios; 20/09 – Evento e exposição na assembléia do Comitê. Ações propostas para a  
83 bacia: Limpeza de rios e ou praias simultaneamente nos municípios, no mês de setembro, com o  
84 uso de barcos e caiaques; Abraço ao rio, na Semana da Água, dia 17/09; Divulgação dos  
85 trabalhos na assembléia do dia 20/09. A presidente Maria Izabel Pinheiro Sandri agradeceu as  
86 coordenadoras da Semana da Água 2012 Raquel Mafra Orsi, representante da Secretaria  
87 Desenvolvimento Regional de Itajaí e Suzana Beatriz da Costa Cunha da Famaí de Itajaí.  
88 Prosseguiu com os trabalhos passando a palavra à professora Noemia Bohn. **5) Apresentação**  
89 **sobre o monitoramento do TAC’s do Saneamento e o gerenciamento de atividades de**  
90 **cortes de morro e aterros, moção 13 de 23.09.2010:** O programa de extensão universitária  
91 CIDADANIA PELA ÁGUA NO VALE DO ITAJAÍ, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em  
92 Direitos Fundamentais, Cidadania e Novos Direitos está vinculado ao Departamento de Direito e  
93 ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental da FURB e é coordenado pelas  
94 Professoras Dra. Noemia Bohn e MSc. Kátia Ragnini Scherer. O referido Programa dá  
95 continuidade as ações promovidas pela FURB no apoio e na construção da gestão de recursos  
96 hídricos na Bacia Hidrográfica do rio Itajaí, envolvendo 52 municípios e cerca de 1.000.000 de  
97 habitantes. Estas ações, iniciadas em 1996, têm envolvido a parceria na implantação do Comitê  
98 do Itajaí, na realização da Semana da Água, na construção do Programa de Recuperação da  
99 Mata Ciliar que culminou com o Projeto Piava e na elaboração do Plano de Recursos Hídricos e  
100 do Plano Integrado de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais na Bacia Hidrográfica do  
101 Rio Itajaí. Para o biênio 2011/2012 o PROGRAMA CIDADANIA PELA ÁGUA NO VALE DO  
102 ITAJAÍ, por meio do Projeto Fortalecimento da Política Ambiental Municipal tem por objetivo

103 estimular a participação social na implementação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do  
104 Itajaí em especial no programa voltado ao tratamento de esgoto. Dados recentes fornecidos pelo  
105 Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento – SNIS 2006 mostram que o Estado de  
106 Santa Catarina está muito longe de ser considerado exemplo nos serviços essenciais a  
107 população, principalmente no que se refere a abastecimento de água e coleta de esgoto  
108 doméstico. O Estado de Santa Catarina como um todo merece grande atenção, pois ao se  
109 comparar o índice de atendimento total de esgoto com os dois estados vizinhos, Paraná e Rio  
110 Grande do Sul, Santa Catarina está em uma situação alarmante. Apenas 9,69% da população  
111 total do Estado é atendida com coleta de esgoto, fato que coloca Santa Catarina como um dos  
112 piores estados do Brasil na área de saneamento básico. Esse quadro deve ser urgentemente  
113 alterado, e para isso, é fundamental a mobilização da comunidade regional. A política pública de  
114 saneamento básico somente será implementada de forma mais célere se houver uma pressão da  
115 comunidade para a sua implementação. O Ministério Público Estadual, por meio dos TACs do  
116 Saneamento e o Comitê do Itajaí, por meio do plano de recursos hídricos, deram passos  
117 importantes no sentido de reverter o quadro de poluição dos recursos hídricos, atualmente  
118 instalado, em virtude da ausência de tratamento de esgoto. Neste cenário, o Grupo de Pesquisa  
119 e Extensão em Direito, busca ser um apoiador dessas iniciativas, contribuindo com aquilo que a  
120 Universidade pode fazer de melhor, gerar conhecimentos, desenvolver métodos e procedimentos  
121 que permitam aos seus parceiros avançar na implementação das políticas públicas  
122 ambientais. Trata-se de um trabalho de caráter técnico-jurídico, educativo e político, com forte  
123 inserção acadêmica que conta com o apoio do Comitê do Itajaí e do Ministério Público Estadual  
124 de Santa Catarina. **2. A Política De Saneamento Básico E Sua Implementação** : Com a edição  
125 da Lei nº 11.445/2007 instituiu-se no Brasil diretrizes nacionais para o saneamento básico, bem  
126 como, a política federal de saneamento básico. Esta lei, segundo Galvão Júnior, Turolla e  
127 Paganini (2008), coloca o município como titular da gestão do saneamento, devendo criar uma  
128 política municipal de saneamento, um plano municipal de saneamento básico e uma agência  
129 reguladora, ações consideradas estruturantes para a gestão do saneamento de forma  
130 democrática e participativa. A Lei nº 11.445/2007 explicitou diretrizes e sistemas de incentivos  
131 para a regulação da prestação dos serviços de água e esgoto. Entretanto, apesar do disposto na  
132 Lei, de acordo com Galvão Júnior, Turolla e Paganini (2008), são enormes as dificuldades  
133 administrativas e financeiras para que os municípios possam exercer de fato a regulação setorial.  
134 Entre as atividades regulatórias previstas em lei, encontra-se, por exemplo, a regulação  
135 econômica, que exige elevada expertise técnica do quadro técnico da agência reguladora para  
136 análise de processos de revisão e reajuste tarifários. Em virtude deste fato, a regulação do  
137 saneamento no Brasil passa a ser um desafio, que deverá levar em consideração a característica  
138 da fragmentação dessa atividade. A busca de economias de escala e de escopo na função  
139 regulatória poderá contribuir para o enfrentamento deste desafio, tanto por meio da delegação às  
140 agências estaduais ou consorciamento de municípios, quanto pelo uso parcimonioso de recursos  
141 escassos e de criatividade no manejo da escala mínima da atividade regulatória. Ao município  
142 como titular da gestão do saneamento, cumpre criar uma política de saneamento, plano  
143 municipal de saneamento e agência reguladora. Essa é a condição para que o município possa  
144 acessar recursos financeiros e renovar contratos de saneamento. O Programa de Tratamento de  
145 Esgoto, incluído no Plano da Bacia do Rio Itajaí, visa a fomentar a implementação de sistemas  
146 de tratamento de esgoto nos municípios, contemplando as áreas rurais e urbanas de todos os  
147 municípios. O programa concebido estabelece uma política de investimentos e consequente  
148 promoção do tratamento de esgoto, pautada na maximização da relação benefício/custo, tendo  
149 como principal objetivo a melhoria da qualidade da água dos rios da bacia. De acordo com o  
150 diagnóstico elaborado pelo Ministério Público Estadual, Santa Catarina possui, dentre os estados  
151 brasileiros, um dos piores índices de atendimento à população urbana com serviços adequados  
152 de esgoto sanitário, na faixa de apenas 12%, inferior à média nacional que é de 44%. Estudos  
153 realizados pelo Ministério Público Estadual constataram que, dos 293 municípios existentes no

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

154 Estado de Santa Catarina, apenas 22 deles (8%) são atendidos, ainda que parcialmente, com  
155 serviços adequados de esgoto, índice este inclusive inferior à média nacional que é de 19%. Tal  
156 situação tem deixado desprovida dessa importante infra-estrutura mais de 4 milhões de  
157 catarinenses que residem na área urbana e levam o Estado a um perfil de saneamento  
158 equivalente ao de países pobres. Dos cerca de 4 milhões de catarinenses residentes na área  
159 urbana do Estado que não são atendidos por serviços de esgoto sanitário, chega-se ao número  
160 bastante significativo de 576 milhões de litros de esgoto que são despejados diariamente, de  
161 forma direta ou indireta, nos mananciais de água superficiais e subterrâneos ali existentes. As  
162 doenças de veiculação hídrica provocam à cada ano um número elevado de internações  
163 hospitalares, as quais consomem anualmente do Poder Público, recursos financeiros de grande  
164 monta nas ações de medicina curativa. Estudos desenvolvidos pela Organização Mundial da  
165 Saúde (OMS) constataram que cada dólar investido em saneamento básico representa a  
166 redução de cerca de 4 a 5 dólares nos gastos com medicina curativa. Embora a bacia  
167 hidrográfica deva ser considerada como uma unidade de planejamento, racionalizando as  
168 relações e ações dos diversos usuários e dos atores das áreas de saneamento, recursos hídricos  
169 e preservação ambiental, é essencial que cada município estruture-se na implantação da sua  
170 política municipal para, em um segundo momento, atingir-se o objetivo maior do planejamento  
171 regional por bacia hidrográfica. O Ministério Público de Santa Catarina em 2007, elencou dentre  
172 os objetivos estratégicos para a área do meio ambiente no ano de 2008, dar continuidade às  
173 ações já desencadeadas por meio de cooperação técnica e operacional com entes públicos e  
174 privados, de eliminação dos focos de contaminação e poluição, em especial àquelas voltadas ao  
175 saneamento básico com o intuito de atingir os objetivos do Inquérito Civil nº04/2004. A  
176 Promotoria Regional de Meio Ambiente, sediada em Blumenau, efetuou no segundo semestre de  
177 2010, a assinatura de 21 Termos de Ajustamento de Conduta com 21 municípios da Bacia  
178 Hidrográfica do rio Itajaí, objetivando a implementação das políticas municipais de saneamento.  
179 A criação do Compromisso de Ajustamento de Conduta, de certa forma, tem sua origem na  
180 experiência e tradição do Ministério Público brasileiro em promover a composição extrajudicial de  
181 conflitos de interesses, bem como, na ambiência que gerou a Constituição Federal de 1988, de  
182 redemocratização das instituições e de adaptação do ordenamento jurídico à nova ordem  
183 (INSTITUTO “O DIREITO POR UM PLANETA VERDE”, s/d). Na década de 90, quando da  
184 elaboração dos anteprojetos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Código de  
185 Defesa do Consumidor (CDC), resolveu-se aproveitar a experiência da composição extrajudicial  
186 de conflitos, em especial aquela vivida pelo Ministério Público a partir da edição da Lei Federal nº  
187 7.224/84, para estendê-la ao sistema da tutela coletiva dos interesses transindividuais. Assim, o  
188 Compromisso de Ajustamento de Conduta foi oficialmente instituído através da Lei Federal nº.  
189 8.069/90 (ECA) e, posteriormente, reiterado pela Lei Federal nº. 8.078/90 (CDC), que inseriu o §  
190 6º, no art. 5º, da Lei Federal n.º 7.347/1985 – Lei da Ação Civil Pública. Contudo, não se limitou  
191 ao MP a possibilidade de tomar tais acordos, com eficácia de título executivo, mas ampliou-se a  
192 possibilidade para todos os órgãos públicos legitimados à propositura da Ação Civil Pública, e,  
193 ainda, inovou-se no direito brasileiro com a possibilidade de formação de um título executivo  
194 extrajudicial fundado em obrigação de fazer ou não fazer. Inovação, porque para tais obrigações,  
195 somente era possível a formação de títulos executivos judiciais (MAZZILLI, 2006). A natureza  
196 jurídica do Compromisso de Ajustamento de Conduta, é um ato administrativo negocial (negócio  
197 jurídico de direito público). É fundamental a existência de manifestação de vontade do  
198 compromissário e do órgão público para sua celebração. Embora os efeitos mais importantes do  
199 compromisso de ajustamento decorram de lei – campo de atuação e eficácia executiva -, a  
200 declaração de vontade expressa no termo torna específica a forma de incidência das normas  
201 jurídicas no caso concreto, vinculando os pactuantes ao que consta expressamente no ajuste.  
202 Respeitados os elementos de existência, requisitos de validade e fatores de eficácia, as partes  
203 têm uma margem para exercer a declaração de vontade e determinar o modo, tempo e lugar do  
204 ajustamento da conduta às exigências legais (RODRIGUES, 2006). Desta maneira, os órgãos

205 públicos legitimados não podem dispensar, nem renunciar a direitos ou obrigações, limitando-se  
206 a tomar do causador do dano a obrigação de que este torne sua conduta adequada às  
207 exigências da lei. Poderão tais compromissos prever obrigações pecuniárias, entretanto, estas  
208 não devem ser o objeto principal, e sim tomados como sanções em caso de descumprimento da  
209 obrigação assumida (MAZZILLI, 2006). Ressalta-se ainda que o Compromisso de Ajustamento  
210 de Conduta constitui uma garantia mínima em prol da coletividade, em nada impedindo que os  
211 colegitimados eventualmente insatisfeitos com o ajuste, peçam em juízo mais do que foi  
212 acordado, ou ainda, que os próprios lesados individuais peçam em ações individuais, mais do  
213 que espontaneamente lhes foi reconhecido no termo firmado. Apesar das dificuldades que  
214 possam existir para elaboração de um TAC, as experiências da utilização da composição  
215 negociada tem-se demonstrado vantajosa em relação a uma sentença imposta à parte contrária.  
216 Vale lembrar ainda, o aspecto econômico. Não há dúvidas que uma demanda gerará custos bem  
217 mais elevados, seja diretamente para as partes litigantes ou indiretamente para toda a sociedade  
218 que tem que sustentar o Poder Judiciário. Ao firmar um TAC, se ganhará tempo, pois por mais  
219 que demore a negociação, não ultrapassará o tempo de uma ação civil pública. A execução por  
220 liberalidade da parte fará com que as ações sejam implementadas de forma mais célere o que a  
221 princípio é vantajoso quando se trata de proteção ambiental (FINK, 2001). Assim, considerando o  
222 potencial poluidor do esgoto sanitário quando disposto inadequadamente, atingindo direitos  
223 difusos da população, constitucionalmente garantidos, a FURB, mediante este projeto de  
224 extensão, dá continuidade as ações do Programa Cidadania pela Água no Vale do Itajaí. O  
225 objetivode acompanhar a execução dos TACs do Saneamento se dá pela relevância do problema,  
226 bem como, por ser um dos programas do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Itajaí, que  
227 necessita urgentemente ser implementado. **3. Metodologia de acompanhamento dos termos**  
228 **de ajustamento de conduta do saneamento:** A Metodologia de Acompanhamento dos TACs  
229 do Saneamento, elaborada de forma coletiva pelos integrantes do Projeto, foi estruturada a partir  
230 dos seguintes passos metodológicos; 1º Passo – Elaboração de um quadro descritivo contendo  
231 as obrigações e prazos assumidos pelos 21 municípios nas cláusulas dos Termos de  
232 Ajustamento de Conduta (TACs), com o intuito de organizar e facilitar o acompanhamento do  
233 cumprimento de cada cláusula. Documento já disponibilizado ao MP. 2º Passo – Elaboração de  
234 gráficos por município ou grupo de municípios, conforme a data de assinatura do TAC, para  
235 visualização das cláusulas e prazo de cumprimento. Documento já disponibilizado ao MP. 3º  
236 Passo – Elaboração de mapa da Bacia Hidrográfica do rio Itajaí, caracterizando os 21 municípios  
237 que firmaram o TAC do Saneamento agrupados por prazos a ser cumpridos. (Anexo I), 4º Passo  
238 - Elaboração de um quadro descritivo contendo o Domínio, os Indicadores de Resposta, a Forma  
239 de Comprovação e os Prazos de cumprimento das cláusulas do TAC por município ou  
240 agrupamento de municípios conforme a data de assinatura do TAC. Documento já disponibilizado  
241 ao MP. 5º Passo – Envio de correspondência pela Promotoria Regional Ambiental de Blumenau  
242 para cada um dos 21 municípios que assinaram o TAC, contendo o quadro descritivo de  
243 Indicadores de Resposta previsto no 4º passo metodológico, para que se manifestem quanto ao  
244 cumprimento das cláusulas acordadas. 6º Passo – Preparação da Audiência Pública. 7º Passo –  
245 Realização da Audiência Pública. 8º Passo – Implementação do monitoramento dos TACs  
246 mediante preenchimento do quadro descritivo previsto no 4º passo metodológico, acrescido de  
247 uma coluna destinada a pontuação pelo cumprimento dos indicadores, a partir da análise dos  
248 processos administrativos de cada um dos 21 municípios que estão na Promotoria Regional  
249 Ambiental de Blumenau e dos dados levantados na audiência pública. (Anexo II) 7º Passo –  
250 Elaboração de gráficos individualizados por município e um gráfico comparativo de todos os  
251 municípios a partir dos resultados obtidos com o monitoramento. (Anexo III – Gráfico comparativo  
252 de todos os municípios). **4. Resultados do primeiro monitoramento realizado em 11/2011.** A  
253 partir da verificação feita em cada processo, em novembro de 2011, foram preenchidos 21  
254 quadros demonstrativos sobre o cumprimento dos prazos estipulados nos TACs, bem como a  
255 forma de comprovação feita pelo município no processo e respectiva pontuação. Uma vez

256 concludidos os relatórios, no início do mês de dezembro de 2011, foi confeccionado uma gráfico  
257 ilustrativo contendo o percentual de cumprimento das obrigações assumidas pelos municípios  
258 relativo as cláusulas do TAC cujos prazos já haviam expirado em 30 de novembro de 2011. A  
259 partir das informações que subsidiaram o gráfico é possível tecer as seguintes considerações a  
260 respeito do primeiro monitoramento: 1- Somente o Município de Benedito Novo atingiu o  
261 percentual entre 80% e 90% de cumprimento dos prazos e obrigações previstos para ser  
262 cumpridos até 11/2011. 2- Os municípios de Ascurra, Gaspar, Itajaí e Timbó atingiram o  
263 percentual entre 70% e 79% de cumprimentodos prazos e obrigações previstos para ser  
264 cumpridos até 11/2011. 3- Os municípios de Indaial e Rodeio atingiram o percentual entre 60% e  
265 69% de cumprimento dos prazos e obrigações previstos para ser cumpridos até 11/2011. 4 - Os  
266 municípios de Brusque e Dr. Pedrinho atingiram o percentual entre 30% e 39% de cumprimento  
267 dos prazos e obrigações previstos para ser cumpridos até 11/2011. 5 - Os municípios de  
268 Balneário de Piçarras e Navegantes atingiram o percentual entre 20% e 29% de cumprimento  
269 dos prazos e obrigações previstos para ser cumpridos até 11/2011. 6 - Os municípios de Apiúna,  
270 Balneário Camboriú, Botuverá, Camboriú, Guabiruba, Ilhota, Luiz Alves, Penha, Pomerode e Rio  
271 dos Cedros não atenderam a determinação do Ministério Público e não informaram no processo  
272 o cumprimento das obrigações assumidas no TAC. A partir da realização desse primeiro  
273 monitoramento verifica-se que os municípios que atingiram parcialmente as metas, maior  
274 concentração de cumprimento está na fase inicial que é justamente a fase de regulamentação  
275 sobre o tratamento e disposição final de esgotos para fins de alvará de construção, bem como  
276 sobre tratamento e disposição final para fins de Habite-se e elaboração da lei de constituição de  
277 entidade reguladora e fiscalizadora de serviços. Em relação ao nível de capacitação dos gestores  
278 técnicos municipais em política de saneamento básico, muitos dos municípios que se  
279 manifestaram nos processos, mesmo os que atingiram maior pontuação, apresentaram  
280 informações parciais e incompletas. Contudo, revela preocupação o elevado número de  
281 municípios, ou seja, 10 ao todo, que firmaram os TACs e não se manifestaram no processo a  
282 respeito do cumprimento das obrigações já vencidas e nem justificaram a omissão. **5. Resultado**  
283 **do segundo monitoramento realizado em junho de 2012:** A partir da segunda verificação feita  
284 em cada processo, em junho de 2012, foram preenchidos 21 quadros demonstrativos sobre o  
285 cumprimento dos prazos estipulados nos TACs, bem como a forma de comprovação feita pelo  
286 município no processo e respectiva pontuação. Da realização do segundo monitoramento foi  
287 possível verificar o que segue: 1 – O Município de Gaspar atingiu a maior pontuação em relação  
288 ao cumprimento das metas com um percentual de 49,98%. 2 - O Município de Indaial atingiu a  
289 segunda melhor pontuação em relação ao cumprimento das metas, com um percentual de  
290 34,06%. 3 – Os municípios de Ascurra, Itajaí e Benedito Novo atingiram a terceira melhor  
291 pontuação em relação ao cumprimento das metas, com um percentual de 30,76%, 30,76% e  
292 30,75% respectivamente. 4 – O Município de Brusque atingiu a quarta melhor pontuação em  
293 relação ao cumprimento das metas, com um percentual de 26,91%. 5 – O Município de Timbó  
294 atingiu a quinta melhor pontuação em relação ao cumprimento das metas, com um percentual de  
295 23,7%. 6 – O Município de Dr. Pedrinho atingiu a sexta melhor pontuação em relação ao  
296 cumprimento das metas, com um percentual de 21,14%. 7 – O Município de Navegantes atingiu  
297 a sétima melhor pontuação em relação ao cumprimento das metas, com um percentual de  
298 15,38%. 8 – O Município de Balneário de Piçarras atingiu a oitava melhor pontuação em relação  
299 ao cumprimento das metas, com um percentual de 7,69%.

300 9 – O Município de Rodeio atingiu a nona melhor pontuação em relação ao cumprimento das  
301 metas, com um percentual de 3,84%. 10 - Os municípios de Apiúna, Balneário Camboriú,  
302 Botuverá, Camboriú, Guabiruba, Ilhota, Luis Alves, Penha, Pomerode e Rio dos Cedros não  
303 apresentaram no processo nenhuma informação relativa ao cumprimento das metas. Da análise  
304 dos resultados apresentados na segunda rodada de monitoramento verifica-se que os municípios  
305 de Apiúna, Balneário Camboriú, Botuverá, Camboriú, Guabiruba, Ilhota, Luis Alves, Penha,  
306 Pomerode e Rio dos Cedros novamente não apresentaram no processo nenhuma informação

307 relativa ao cumprimento das metas. Urge que o Ministério Público faça contato com estes  
308 municípios reforçando a necessidade do envio dos documentos para verificação do cumprimento  
309 das cláusulas do TAC. Neste segundo monitoramento houve uma adequação na atribuição da  
310 pontuação em relação ao primeiro monitoramento. De forma que para efeitos de divulgação dos  
311 resultados deve ser utilizado o gráfico produzido apenas no Monitoramento 2. **6.**  
312 **Recomendações:** 1) Que o Ministério Público providencie o envio de ofício para os 21  
313 municípios divulgando os resultados do segundo monitoramento e solicitando o empenho dos  
314 prefeitos municipais no cumprimento dos prazos das cláusulas acordadas no TAC. 2) Que o  
315 Ministério Público solicite aos prefeitos dos 21 municípios que indiquem o nome de um  
316 responsável no município pelo acompanhamento do TAC, bem como, seu telefone e endereço  
317 eletrônico para que os integrantes do grupo de pesquisa em Direito possam contatá-lo no caso  
318 de dúvida acerca dos documentos comprobatórios do cumprimento das cláusulas do TAC. 3) Na  
319 realização dos trabalhos de monitoramento os integrantes do grupo de pesquisa obtiveram  
320 informações extra oficiais acerca do cumprimento de algumas cláusulas do TAC por parte de  
321 alguns municípios, porém, como tais dados não foram informados e/ou devidamente  
322 documentados no processo, não foram computados nos resultados. 4) Uma forma de se verificar  
323 o empenho dos prefeitos municipais no cumprimento do TAC seria solicitar o plano orçamentário  
324 anual e quinquenal do município, pois ali deve constar se foi previsto recurso para a  
325 implementação das ações de saneamento básico no município. 5) A comprovação relacionada  
326 ao nível de capacitação de gestores e técnicos municipais em política de saneamento básico e  
327 dos técnicos municipais em ações básicas de vigilância sanitária deve se dar mediante a  
328 apresentação dos respectivos certificados. 6) O Município de Rodeio ainda não disponibiliza suas  
329 Leis no portal de legislação: <http://www.leismunicipais.com.br> o que dificulta a comprovação do  
330 cumprimento dos indicadores relativos a normatização e regulamentação. **6) Aprovação do**  
331 **parecer sobre o balanço de 2010 e 2011 :** Fabiana de Carvalho Rosa secretária executiva do  
332 Comitê do Itajaí informou que será realizada reunião com o Conselho Curador e a Garcia  
333 Contabilidade no dia 27/06 a fim de esclarecer todas as dúvidas e posteriormente faremos a  
334 publicação dos documentos. **7) Apresentação documento resposta do despacho da lavra do**  
335 **Diretor de Assuntos Legislativos, datado de 27 de fevereiro do corrente (Ofício nº**  
336 **062/2012/SCC-DIAL-GEDAD):** A Secretária executiva Fabiana de Carvalho Rosa apresentou o  
337 historio da revisão do Regimento do Comitê do Itajaí que foi procedida em 2009, no âmbito do  
338 Projeto Piava, com a finalidade de fazê-lo acompanhar a evolução institucional do Comitê. As  
339 alterações procedidas no texto do Regimento (aprovado pelo CERH e homologado pelo Decreto  
340 3.426/98, com alterações homologadas através dos Decretos 2.935/01, 5.791/02 e 3.582/05),  
341 aprovadas em dezembro daquele ano, abordaram os seguintes conteúdos: 1) Estrutura do  
342 regimento em sete capítulos; 2) Introdução do conceito “organizações-membro” na composição  
343 do Comitê; 3) Introdução de novos atos administrativos; 4) Introdução de regulamentação de  
344 substituições; 5) Alteração do ano das eleições; e 6) Alterações na redação das competências.  
345 Uma vez aprovada, a alteração foi encaminhada ao CERH em julho de 2010, por meio da  
346 Resolução 36, sendo por ele aprovada em maio de 2011. A partir desta data o Comitê do Itajaí  
347 aguarda pela sua publicação no Diário Oficial do Estado, na forma de Decreto. Em 8 de março de  
348 2012, por meio do Ofício GABS/CERH 186/12, o Secretário de Estado de Desenvolvimento  
349 Econômico Sustentável e Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos encaminhou, à  
350 Presidente do Comitê do Itajaí, cópia do Ofício 062/12/SCC-DIAL-GEDAD, de 28 de fevereiro de  
351 2012, juntamente com a lavra do Diretor de Assuntos Legislativos sobre a redação final da  
352 minuta de decreto que “Altera o Decreto nº 3.426, de 4 de dezembro de 1998, que aprova o  
353 Regimento Interno do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí, solicitando  
354 ao Comitê do Itajaí a análise do parecer e resposta justificada dos assuntos levantados por  
355 aquela Diretoria de Assuntos Legislativos da Secretaria da Casa Civil, para nova apreciação pelo  
356 CERH. professora Noemia Bohn fizeram a leitura do documento, foram discutidos alguns pontos  
357 e colocado em votação, e o documento foi aprovado com 18 votos. **8) Relato da reunião com o**

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

358 **Secretário da SDS – Sr. Paulo Bornhausen:** Fabiana secretária executiva do Comitê leu o  
359 documento para conhecimento dos membros do Comitê. **9) Informes:** Fabiana falou sobre o  
360 curso Organizacional, Gerencial e Financeiro da SDS, e se alguém se interessar em fazer entrar  
361 em contato com a secretaria do Comitê. Nada mais havendo a tratar, a assembleia foi encerrada,  
362 da qual eu, Fabiana Rosa, lavrei essa ata, que vai assinada por mim e pela presidente.  
363  
364  
365  
366  
367  
368  
369

---

370 Fabiana de Carvalho Rosa  
371 Secretária Executiva

---

Maria Izabel Pinheiro Sandri  
Presidente